



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1867770 - MG (2020/0066520-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

RECORRENTE : MASSA FALIDA DE PRODUZA COMERCIO E REPRESENTACOES DE
PRODUTOS AGRICOLAS LTDA

ADVOGADO : PAULO HENRIQUE ALVES DE SOUSA - MG099028

RECORRIDO : SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA

ADVOGADOS : CELSO UMBERTO LUCHESI - SP076458
JOAO BATISTA DA SILVA PARREIRA - MG092113

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INTIMAÇÃO PARA O INÍCIO DO DA CONTAGEM. DESNECESSIDADE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. SÚMULA 568/STJ.

1. Embargos à execução.

2. O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980.

3. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

4. Recurso especial provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por PRODUZA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 15/07/2019.

Concluso ao gabinete em: 18/03/2020.

Ação: embargos à execução ajuizada por SYNGENTA PROTEÇÃO CULTIVOS LTDA, contra a recorrente, proveniente de monitória fundamentada em notas fiscais, duplicata e comprovantes de entrega de mercadorias relacionados à venda e compra de insumos agrícolas, no valor à época de R\$ 280.559,82 (duzentos e oitenta mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos). Nos embargos, o recorrente pede o

reconhecimento da prescrição intercorrente, uma vez que os autos permaneceram suspensos por 10 anos.

Sentença: julgou procedente o pedido dos embargos à monitória, para, após a intimação da exequente para se manifestar, reconhecer a prescrição intercorrente (e-STJ fls. 401/404).

Acórdão: deu provimento à apelação da recorrida, nos termos da ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INEXISTÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS DO DEVEDOR. SUSPENSÃO DO PROCESSO. ARTIGO 791, INCISO III, DO CPC/73. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FLUÊNCIA DO PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. INÉRCIA DO CREDOR NÃO VERIFICADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ocorre a prescrição intercorrente se o processo de execução ficar sem andamento em razão de fato que possa ser atribuído ao exequente, que deixa de diligenciar no sentido de fazer o processo prosseguir, permitindo o escoamento de prazo superior ao previsto em lei para o exercício da ação.
2. O colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento segundo o qual durante o prazo de suspensão do processo executivo, por falta de bens penhoráveis do devedor (artigo 791, inciso III do CPC/73 e atual art. 921, III do CPC/15), não corre a prescrição, se o exequente não deixou de adotar as diligências possíveis para o andamento da execução.
3. A prescrição é instituto voltado à segurança jurídica e à pacificação dos conflitos intersubjetivos, mas não há de servir como punição ao credor pela ocultação deliberada ou inexistência de bens do devedor (e-STJ fl. 523).

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, não foram acolhidos.

Recurso especial: alega violação dos arts. 932, IV, “c” e 947, § 3º, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que o Tribunal de origem deve seguir o entendimento do STJ exarado em IAC que reconhece a prescrição intercorrente em situação semelhante a dos autos. Defende que o processo ficou sem movimentação por 10 anos e, por isso, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente da execução.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da orientação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça

No tocante à prescrição intercorrente, apesar do entendimento diverso desta Relatora quanto ao tema, a 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, em 27/06/2018, uniformizou as seguintes teses acerca da prescrição intercorrente nas execuções ajuizadas antes da vigência do CPC/2015:

(i) Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002;

(ii) O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980);

(iii) O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual); e

(iv) O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

- Da hipótese dos autos

Da sentença, é possível extrair que a execução foi arquivada em agosto de 2007 com fundamento na ausência de localização de bens passíveis de penhora, havendo a manifestação da exequente apenas em 2017, que o fez após a intimação do juízo acerca do pedido para o reconhecimento da prescrição intercorrente (e-STJ fl. 401).

Assim, a recorrida foi intimada a se manifestar, em obediência ao princípio do contraditório, para a apresentação de defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos da prescrição intercorrente, em consonância com a jurisprudência do STJ. Desse modo, não há que se falar em intimação do exequente como requisito para o início

da contagem do prazo prescricional.

O Tribunal de origem, quando do julgamento da apelação do recorrido, ao decidir que durante todo o prazo de suspensão da execução não houve o início da contagem do prazo prescricional contrariou a jurisprudência dessa Corte Superior quanto ao tema.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para reconhecer a prescrição intercorrente e extingo a execução com fundamento no art. 924, V, do CPC/15.

Por derradeiro, o provimento do presente recurso não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente. Assim, a recorrente deverá arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora